

Artº 4º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Piedade em 28 de Julho de 1955

Este Decretos. Prefeito Municipal
João Bruno de Aguiar Secretário Contador
Registrado e publicado na Secretaria Municipi-
pal, na mesma data supro.
João de Aguiar. Secretário Cont-

Lei nº 237 de 3 de Novembro de 1955

Que dispõe sobre autorizações
para locação do prédio onde se
acha instalado o Ginásio Municipal

Orestes Romano, Prefeito Municipal de Pie-
dade, usando de suas atribuições conferidas por
Lei:

Faço saber que a Câmara Municipal
decreto e eu promulgo a seguinte Lei:

Artº 1º - Fico o Sr. Prefeito Municipal
autorizado a contratar com os proprietários
do prédio nº 172 da Rua Araújo Leite, da
cidade, onde se acha instalado o Gí-
násio Municipal, a locação desse prédio, pelo
prazo de 4 (quatro) anos, a partir de 1º de
Novembro de 1955.

Artº 2º - O aluguel mensal deve ser de
Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Artº 3º - O Sr. Prefeito Municipal fica auto-
rizado a pagar aos proprietários do prédio,
a importância correspondente a Cr\$ 5.000,00
(cinco mil cruzeiros) mensais, por tantos meses

e dias que decorreram entre a instalação do Juízo no prédio referido até o dia em que começar a reger o contrato objeto desta lei.

Artº 4º Ao Prefeito é autorizado estipular as demais cláusulas e condições do contrato.

Artº 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade em 3 de Novembro de 1955

João de Camargo - Prefeito Municipal
João de Camargo - Secretário Contador
Registrado e publicado na Secretaria Municipal, na presença do supra
João de Camargo - Secretário Contador.

Lei nº 238 de 18 de Novembro de 1955
Que dispõe sobre majoração de 25% sobre os salários dos servidores Municipais

Oreste Romão, Prefeito Municipal de Piedade, usando de suas atribuições conferidas por Lei:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artº 1º Ficam aumentados em 25% (vinte e cinco por cento) os atuais salários dos servidores municipais efetivos, interinos e mensialistas.

Artº 2º Passam a categoria de mensialistas com o salário mínimo de Cr\$ 1.800,00